

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E TERCIARIZAÇÃO NO BRASIL

Anita Kon¹

RESUMO

Este artigo examina empiricamente o processo de terciarização brasileira e as transformações na estrutura ocupacional, causadas pelo processo de reestruturação produtiva que conduz ao crescimento da representatividade dos serviços. A análise se inicia com considerações teóricas sobre os padrões de reestruturação produtiva e de terciarização observados mundialmente nos anos mais recentes. Para a avaliação empírica sobre o Brasil, foram elaborados indicadores específicos de redistribuição setorial e regional, que utilizam como variável a população ocupada, a partir de informações do IBGE estimadas pelos Censos Demográficos, para os anos de 1970 e 1980 e das PNADs – Pesquisas Anuais por Amostra de Domicílios, para os anos mais recentes. Para a década de oitenta, foram elaboradas Tabulações Especiais, a partir das PNADs de 1983 e 1989, com o intuito de avaliar mudanças específicas na representatividade das ocupações segundo a qualificação. A análise empírica observa primeiramente o crescente processo de terciarização no Brasil desde os anos setenta, avaliando a redistribuição da representatividade dos setores agregados de atividades econômicas e entre os gêneros do Terciário. Avalia também as mudanças na representatividade de categorias ocupacionais específicas, agregadas de acordo com nível de qualificação, na área da produção ou da administração das empresas ou em ocupações por Conta-Própria. Em seguida examina a redistribuição regional entre os setores e os gêneros do Setor Terciário. O estudo conclui com a observação de que o processo de terciarização brasileiro, embora constante, não apresentou a intensidade e a velocidade observadas em economias mais avançadas, no que se refere à introdução da modernização.

1 INTRODUÇÃO

O papel dos serviços no desenvolvimento das economias é fundamental em qualquer nível de desenvolvimento, ao tornar-se a maior fonte

1 Professora e pesquisadora da EAESP/FGV e da PUC/SP. A autora agradece o apoio do NPP-EAESF/FGV, da CAPES e da University of Illinois at Urbana-Champaign para a elaboração da pesquisa.

de geração de empregos na atualidade, embora tenha características diferenciadas em países mais avançados ou em desenvolvimento. Por outro lado, o papel dos serviços é mais do que o de geração de empregos, é um pré-requisito para o desenvolvimento e não apenas um resultado ou um produto final. Assim sua provisão adequada torna-se então um elemento crucial da dinâmica do processo de desenvolvimento das economias.

A reestruturação da composição das atividades produtivas das economias de diferentes níveis de desenvolvimento, foi associada à velocidade e ao grau de inovação tecnológica nos processos produtivos e organizacionais, principalmente ligados ao Setor de Serviços, ou seja, no campo da telemática, e outros processos de telecomunicações, serviços de informática, relacionados à transferência de informação e conhecimento. Além disto, a relevância dos serviços no comércio internacional foi observada através da experiência, tanto das economias modernas como das menos avançadas, bem como o impacto sobre o desenvolvimento local e regional destas economias.

Este artigo examina as transformações na estrutura ocupacional brasileira, causadas pelo processo de reestruturação produtiva que conduz ao crescimento da terciarização. Para esta avaliação foram elaborados indicadores específicos de redistribuição setorial e regional, que utilizam como variável a população ocupada, a partir de informações do IBGE estimadas pelos Censos Demográficos, para os anos de 1970 e 1980 e das PNADs – Pesquisas Anuais por Amostra de Domicílios, para os anos mais recentes. Especificamente para a década de oitenta, para os anos de 1983 e 1989, foram elaboradas Tabulações Especiais das PNADs, a fim de possibilitarem as análises específicas sobre mudanças nos graus de qualificação da estrutura ocupacional brasileira.

2 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Na atualidade, as atividades de serviços estão no centro de uma revolução econômica mais ampla que está ocorrendo tanto em países mais avançados como nos em desenvolvimento. Este fenômeno é resultado do processo de reestruturação produtiva que se iniciou na década de sessenta nos países industrializados, com o objetivo do ajustamento das economias aos custos crescentes e às novas condições tecnológicas e de mercado. Segundo Nusbaumer (1987), esta nova revolução econômica é equivalente à Revolução Industrial do século XVIII, ao surgimento das corporações na Idade Média e à mudança de uma economia de caça/coleta para uma economia agrícola/pastoral no princípio da época da História registrada, quando a agricultura organizada levou inicialmente ao desenvolvimento de cidades e à invenção da escrita.

Desde os anos sessenta, a redução do trabalho físico nas empresas por computadores, *robots* e fábricas completamente automatizadas no Setor Secundário e também pela maquinaria, fertilizantes, pesticidas e engenharia bionoenergética na agricultura, vem resultando no fato de que mais indivíduos passaram a ganhar sua remuneração trabalhando em serviços. A maior parte dos países desenvolvidos apresentam economias orientadas grandemente para os serviços, tendo em vista a consciência de que o lugar dos serviços na economia mundial na atualidade é primordial pela função de facilitar todas transações econômicas não apenas fornecendo insumos essenciais para as manufaturas, mas também permitindo inter-relacionamentos para frente e para trás (*forward and backward effects*) para o desenvolvimento dos pólos de crescimento.

Mais recentemente, na década de oitenta, foi possível observar-se um crescente interesse pelas atividades de serviços nos países desenvolvidos da Europa, particularmente porque estas atividades têm sido a principal fonte de criação de empregos desde a crise de petróleo de 1973 (OECD, 1984; Noyelle, Stanback, 1988; Noyelle, 1986; Bannon, 1987; Baily, Maillat, 1991). No entanto, tem havido pesquisa pouco substancial sobre a dinâmica e a localização destas atividades como um papel preponderante no desenvolvimento dos demais setores e no processo de intensificação da globalização. As indústrias de serviços têm recebido atenção mais intensa apenas recentemente, tendo em vista a consciência de que, para competir em mercados mundiais, os países devem adquirir estas atividades de uma forma mais barata, rápida e eficiente.

A nova revolução econômica dos serviços está transformando também a organização da economia internacional, ao permitir que a produção se tornasse mais internacionalizada. Um computador, por exemplo, contém partes manufaturadas em muitos países e funciona através de serviços gerados em uma outra série de países. Os bens produzidos globalmente competem em mercados globais e a internacionalização das manufaturas é devida e é complementada pela equivalente internacionalização dos serviços. Dessa forma, a internacionalização da atividade econômica é baseada no crescente comércio exterior dos assim chamados serviços auxiliares às empresas, que são, entre outras características, principalmente intensivos em conhecimento e em informação. No passado, os economistas definiram os serviços como não-exportáveis, mas na atualidade a investigação sobre a exportação dos serviços tem sido intensificada.

O crescimento do setor de serviços e suas implicações sobre a reestruturação das economias, apresentam diferentes impactos sobre as estruturas produtivas, de acordo com o nível de desenvolvimento econômico das economias e a capacidade de aumentar os investimentos na modernização tecnológica e na qualificação da força de trabalho, a fim de enfrentar as

necessidades de novas tarefas técnicas dos processos modernos de produção e organizacionais. As estruturas produtivas têm se transformado rapidamente nos países desenvolvidos desde a crescente industrialização a partir da década de trinta, com o crescimento do processo de urbanização e com a intensificação da inovação tecnológica. Algumas economias menos desenvolvidas iniciaram as mesmas transformações estruturais a partir dos anos cinquenta e outras apenas recentemente começaram este processo.

Algumas pesquisas mostram a reestruturação do setor de serviços como fundamentada na divisão espacial de trabalho que afeta o número e as características dos empregos encontrados em diferentes locais (Marshall, Wood, 1995, p. 59). Esta divisão de trabalho refere-se ao padrão de especialização de trabalho desenvolvido através do tempo para assegurar o uso eficiente do investimento em capital. Distintos países e regiões de um país são especializadas em produtos e setores particulares, que apoiam as formas locais dominantes da relação capital/trabalho, qualificação da mão-de-obra e padrões sociais e comunitários (Kon, 1995, cap. 1).

Durante as décadas de cinquenta e sessenta, a crescente dominância das grandes firmas manufatureiras nos países desenvolvidos, moldou os padrões da especialização industrial regional. Na busca de metas de lucro, estas firmas distribuíram recursos em uma escala inter-regional ou internacional, procurando novas oportunidades de explorar o trabalho em diferentes locais. Puderam transferir não apenas a produção para localizações onde o trabalho era mais barato, mas também tiveram a tendência de separar vários tipos de trabalho administrativo e burocrático (inclusive funções de controle e pesquisa), dos trabalhos manuais da produção. O pano de fundo desta tendência foi a possibilidade de especialização flexível, que se desenvolveu para enfrentar a persistente crise econômica que sucedeu o longo *boom* da economia mundial do período posterior à Segunda Guerra Mundial. Durante este período o gerenciamento tendia a utilizar o progresso técnico para organizar o processo de trabalho de uma maneira fortemente hierarquizada e para substituir o trabalho humano, tanto quanto possível, pela maquinaria, segundo o paradigma da produção de massa e bens padronizados (fordismo), o que foi muito bem explicado por autores como Gramsci, Aglietta, Lipietz e Luscher. Sob este sistema caracterizou-se o crescimento das cidades e a crescente diferenciação entre as áreas de trabalho, lazer e as atividades domésticas. As empresas foram organizadas de uma forma fortemente hierarquizada com uma massa de trabalhadores não-qualificados na parte inferior da hierarquia. O progresso técnico estava ligado aos processos sistemáticos de desqualificação de grandes categorias de ocupações.

Porém, nos finais da década de sessenta, o fordismo apresentou uma série de dificuldades e muitas firmas tiveram que entender que a produtividade estava crescendo consideravelmente mais lentamente do que

os custos salariais, não apenas nas grandes empresas manufatureiras mas também em toda a estrutura hierárquica empresarial. Enquanto isto, novas tecnologias da informação abriram importantes possibilidades. As redes de filiais espacialmente distribuídas podiam ser coordenadas mais efetivamente e as atividades de serviços podiam ser reformuladas pela introdução da maquinaria eletrônica, dos sistemas de automação flexível na manufatura que combinaram pesada mecanização com a produção em pequenos lotes.

Dessa forma, durante os anos setenta e particularmente na década de oitenta, uma nova espécie de reestruturação e de divisão internacional do trabalho se desenvolveu, devido às mudanças tecnológicas baseadas nas formas flexíveis de organização do trabalho e dos processos produtivos, que necessitavam de uma mão-de-obra mais qualificada, tendo em vista que o trabalho mais barato e menos qualificado não mais mostravam vantagens comparativas. Neste sentido, o movimento de internacionalização do capital, no caminho de investimentos na produção, começou a procurar economias que ofereceriam serviços especializados mais sofisticados. Como resultado, a maior parte dos países desenvolvidos e em desenvolvimento estão passando por transformações consideráveis na estrutura produtiva de suas economias, de acordo com a capacidade de oferecer a estes novos investimentos, a infraestrutura básica para o apoio destas transformações.

O emprego nas indústrias manufatureiras está declinando principalmente devido a certas formas de reorganização da produção que afetam os níveis de emprego: a intensificação do trabalho, a racionalização da produção e do investimento e a mudança técnica; a reestruturação foi estendida também aos serviços de consumo privado e ao setor de serviços públicos, adicionalmente aos serviços voltados ao produtor (Marshall, Wood, 1995, p. 60).

Quando se examinam as diferenças na representatividade das categorias ocupacionais entre os períodos da década de setenta e noventa, é observado, para todos os países de diferentes níveis de renda, um decréscimo nas ocupações da agricultura e rurais e um aumento nas outras categorias. Além disto, o aumento nas ocupações de serviços é ainda superior ao das categorias de ocupações industriais e de transportes, e em países de alta renda, a representatividade destas categorias tem decrescido, mostrando os resultados da reestruturação industrial e da terceirização de serviços, bem como a mudança na classificação de certos serviços, anteriormente considerados como ocupações manufatureiras, antes das mudanças tecnológicas e organizacionais.

Dessa forma, o desenvolvimento dos serviços deve ser entendido como um componente de um processo mais amplo de reestruturação econômica e social, que é moldado pelas demandas de produção rentável em economias de mercado. Embora as produções de bens e serviços sejam

mutuamente interdependentes, os serviços desempenham freqüentemente um papel mais proeminente nesta reestruturação, porque têm um papel liderante na criação de uma transformação mais ampla, ao fornecer o conhecimento especializado chave e a conseqüente tendência do crescimento dos serviços de criar padrões inerentemente desiguais de desenvolvimento (Marshall, Wood, 1995, p. 70).

Em resumo, é possível apontar-se as mudanças significativas pelas quais passaram as economias mundiais nos anos recentes como incluindo, entre outros aspectos, particularmente:

- a) a internacionalização das atividades econômicas;
- b) a reorganização das firmas dominantes;
- c) a crescente integração da produção manufatureira com a de serviços;
- d) o uso crescente da tecnologia microeletrônica;
- e) a demanda crescente na indústria por uma força de trabalho mais qualificada, porém com muitos trabalhos rotineiros sendo eliminados pela mudança tecnológica;
- f) a crescente complexidade e volatilidade do consumo;
- g) uma mudança no papel da intervenção governamental. Estas transformações foram interpretadas como uma modificação da sociedade fordista baseada na produção e consumo de massa em grande escala, apoiada pela demanda dos gastos governamentais para o gerenciamento de suas funções e para a Previdência e Saúde (principalmente nas nações mais avançadas em que prevalecia o *Welfare State*). As formas pós-fordistas de produção emergiram desde os anos setenta, quando a indústria passou a utilizar nova tecnologia e uma força de trabalho mais flexível para responder mais rapidamente às mudanças do mercado e à competição internacional, encorajadas por novas formas de governo que se retirava de funções empresariais e restringia suas funções produtivas (Marshall, Wood, 1995; Kon, 1996a).

Porém se estas mudanças ocorreram mais rapidamente nos países mais avançados, observou-se também, em uma pesquisa anterior, uma dinâmica similar de reestruturação em outros países de renda média e baixa, no sentido do crescimento de ocupações de serviços, embora com velocidade e intensidade menores (Kon, 1997a). Para cada nível de desenvolvimento econômico foi encontrado um padrão similar de estruturação ocupacional e

de reestruturação, durante um período de tempo relacionado com a industrialização e a modernização tecnológica. Os dados estatísticos para os países selecionados mostraram ainda que, de uma maneira geral, os padrões de reestruturação verificados no início do desenvolvimento estão relacionados ao crescimento tanto do setor secundário quanto de serviços, à medida do decréscimo das ocupações rurais. Porém, nos níveis mais elevados o aumento é observado apenas nas ocupações de serviços, enquanto que as manufatureiras também decrescem.

A recente literatura especializada Kon (1997b), enfatiza que a crescente proeminência dos serviços e suas contribuições relevantes e multifacetadas para a mudança estrutural têm como origem:

- a) a importância da crescente interdependência entre a produção de bens e serviços, como já visto, pelo fato de que qualquer produto material ou de serviço é criado por uma seqüência complexa de trocas materiais e de serviços que envolve fornecedores e consumidores, incluindo subcontratados e consultores;
- b) o valor da especialização em serviços no capitalismo dos finais do século vinte, que contribui para a manipulação de matérias-primas, informação, capital e trabalho, em qualquer atividade de produção ou consumo. Interpretar o mundo converteu-se em uma tarefa mais complexa, a produção de bens e serviços tornou-se mais capital-intensiva e o papel destes serviços especializados então se intensificou;
- c) a maneira pela qual as qualificações e especializações para atividades de serviços que estão presentes na força de trabalho influenciam significativamente os padrões locais. A complexidade e diversidade da moderna especialização em serviços encoraja a aglomeração, ao menos das funções de alto nível; as funções mais rotineiras podem ser mais dispersadas, embora controladas de forma centralizada. Estas tendências têm dominado a evolução das regiões urbanas nos anos mais recentes, e também influenciam os padrões da localização manufatureira, enquanto que a especialização em serviços oferece não apenas um conhecimento técnico e material para os processos produtivos em constante transformação, mas também para qualificações organizacionais ou gerenciais;
- d) a forma pela qual as mudanças técnicas criam novas oportunidades para a exploração da especialização em serviços.

As tecnologias da informação e das comunicações têm conduzido à industrialização dos serviços, à inovação organizacional e a novas formas de comercialização dos serviços, no que se refere aos relacionamentos entre produtor e consumidor, como, por exemplo, as atividades bancárias, de venda e turísticas via telefone. As transformações nas características dos serviços se manifestam no processo de produção, no produto, no consumo e nos mercados (Kon, 1997b). Com relação à produção de serviços distinguem-se mudanças na tecnologia, na planta, nos processos de trabalho, na organização deste processo, nas características da padronização da produção e na própria organização da indústria de serviços em termos de escala, provedores públicos ou privados, produção autônoma ou de empresas. No que diz respeito ao produto, observam-se modificações na natureza e nas características de produtos anteriormente existentes bem como a criação de novos produtos. Por outro lado, o consumo dos serviços apresentou transformações consideráveis no que se refere à entrega do produto, ao papel do consumidor e à organização do consumo. Os mercados de serviços também sofreram alterações radicais com a inovação tecnológica, tanto em suas formas de organização, quanto de regulação e *marketing*.

Estas transformações não se aplicam igualmente nos setores públicos e privados de serviços, devido à natureza específica dos serviços públicos, por um lado, e, por outro, aos objetivos diversos de lucro ou de função social, como veremos em seqüência. A natureza específica social dos serviços públicos e o caráter de busca de lucratividade dos serviços privados, resultam em transformações diferenciadas por estes setores com relação ao fornecimento de serviços, tanto em países avançados como nos menos desenvolvidos. No entanto, em ambos os setores, apresentam-se características comuns como a auto-provisão parcial, intensificação do fornecimento, investimentos em mudanças técnicas, racionalização crescente, subcontratação, substituição do insumo trabalho existente por novas formas de trabalho ou maquinaria, intensificação da qualidade, materialização dos serviços, realocação espacial e domesticação (Kon, 1997b).

Resumindo as ideias encontradas na bibliografia sobre as causas da reestruturação do setor de serviços públicos em muitos países, de vários níveis de desenvolvimento, desde os anos sessenta, é possível identificar-se os seguintes fatores (Marshall, Wood, 1995, p.186):

- a) demandas para a melhoria dos Serviços de Saúde e Educação;
- b) expansão da infraestrutura de Transportes e de Comunicações;
- c) crescimento dos gastos com defesa em certos países selecionados, refletindo até o final dos anos oitenta a “Guerra Fria” entre o Leste e o Oeste;

- d) mudanças demográficas, que incluíam o crescimento da proporção de idosos sobre a população, com maiores necessidades de Serviços de Saúde e Previdência;
- e) mudanças na composição familiar, que incluíam um aumento no número de mulheres que trabalham fora da residência e crescimento no número de famílias com apenas um dos pais, o que aumentou a demanda para o cuidado de crianças e serviços relacionados;
- f) políticas intervencionistas durante as décadas de sessenta e setenta, no sentido de dirigir o crescimento econômico e a reestruturação, requerendo maior número de trabalhadores governamentais;
- g) maior controle físico do planejamento para restringir ou conduzir o crescimento urbano e industrial e assim minimizar os impactos ambientais;
- h) as melhorias em todas as partes do setor público eram vistas como sendo parte integral do longo *boom* econômico pós-1945 até meados da década de setenta;
- i) mais recentemente, crescimento do desemprego e necessidade de geração de postos de trabalho.

Estas necessidades, correspondiam em muitos países desenvolvidos, à política de *Welfare*, porém são também encontradas em países menos avançados, que buscavam o desenvolvimento econômico no período. No entanto, a diminuição do ritmo econômico nas décadas de sessenta e setenta nas nações industrializadas e a partir dos anos oitenta nos países em desenvolvimento, bem como a preocupação com os impactos inflacionários dos crescentes gastos públicos, levou a uma procura de cortes em alguns serviços públicos, e à maior eficiência no fornecimento de outros. Tais pressões e o final da “Guerra Fria”, justificaram uma restrição destes gastos públicos que tiveram a consequência de uma progressiva reorganização da provisão do setor. Além do mais, uma parte da provisão também se deslocou em certas áreas do setor público para o privado ou para organizações voluntárias sem fins lucrativos, ou seja, as mais recentemente conhecidas como Organizações Não-Governamentais (ONGs). Todavia, os serviços públicos permanecem um setor grande e diversificado em muitas economias locais.

Muitos serviços são um pré-requisito para o desenvolvimento, ao invés de apenas o produto final deste desenvolvimento, e sua provisão adequada se torna um elemento crucial e impulsionador da economia para o caminho do crescimento dinâmico. No caso dos países industrializados, tanto

a intervenção pública como mecanismos de mercado podem ser fontes alternativas para a provisão destes serviços. Mas no caso das economias menos avançadas, os mecanismos de mercado podem ser inexistentes ou inadequados e, além disso, o caráter de bem público de certos serviços tem sido utilizado como um argumento para a intervenção pública no setor de serviços destes países. A intervenção pública pode, então, tomar a forma seja da provisão direta de serviços pelas administrações governamentais de empresas, ou da proteção do mercado interno contra a competição externa, a fim de encorajar o estabelecimento e crescimento de indústrias de serviços infantis.

Estas opções políticas para os países em desenvolvimento têm sido discutidas nas Nações Unidas² e recentemente tem havido uma tendência muito importante para estimular políticas voltadas para o livre mercado ao invés da intervenção governamental. É enfatizado que as políticas que tendem a exacerbar a intervenção pública resultariam apenas em transformar as economias nacionais em importadores permanentes de serviços exteriores e em aprofundar sua dependência das corporações transnacionais ativas neste campo de serviços. Por outro lado, a maior parte dos países menos desenvolvidos estão enfrentando desequilíbrios orçamentários com consideráveis déficits e a solução para o equilíbrio, na maior parte dos casos, é limitar a intervenção pública e facilitar a provisão de serviços através de mecanismos de mercado.

3 A TERCIARIZAÇÃO NO BRASIL

As transformações em curso na economia mundial têm reflexos diretos sobre a economia brasileira, e se manifestam em uma mudança estrutural dos mercados, exigindo mudanças organizacionais e produtivas significativas por parte das empresas, na busca da modernização que possibilite a competição interna e internacional. O Setor Terciário, vem representando um papel relevante no equilíbrio econômico a partir destas transformações, particularmente na geração de empregos e de renda. O grau e a velocidade de modernização requeridos para a participação efetiva e crescente da economia brasileira no mercado mundial não tem sido atingido ainda pela economia nacional, tanto no que se refere à reestruturação produtiva das empresas em uma abordagem microeconômica, quanto da economia como um todo, em uma visão macroeconômica.

Em pesquisa anterior sobre a evolução do Setor Terciário no Brasil (Kon, 1996a), observou-se que, desde o início do processo de industria-

2 Na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio Exterior e Desenvolvimento (*United Nations Conference on Trade and Development – UNCTAD*).

lização brasileira da década de cinquenta até o ano de 1980, o crescimento real médio anual da produção dos serviços, tendo como indicador o produto gerado (PIB), acompanhou a média de crescimento global da economia. Neste período fica bem claro o papel de complementaridade destas atividades em relação à evolução das atividades industriais, particularmente nos centros polarizadores. Neste período, a taxa de expansão dos serviços de apoio às atividades industriais e agropecuárias foi superior aos serviços que visavam o atendimento direto da população. Nos períodos de recessão ou estagnação, a capacidade de ampliação dos serviços representou uma válvula de escape para parte da população liberada de outros setores, que, embora permanecendo subempregada, continuou contribuindo para a geração de produto. No início dos anos noventa, com as fortes medidas estabilizadoras que resultaram em considerável queda da atividade econômica brasileira, o crescimento anual do produto dos serviços, até 1994, situou-se na média geral do país embora as taxas se revelassem inferiores às de absorção de trabalhadores no setor.

Por sua vez, o exame da composição setorial do produto no país revelou a importância relativa do setor de serviços no processo de desenvolvimento econômico, desde que no decorrer do desenvolvimento das atividades industriais, a partir da década de cinquenta, a participação dos serviços na composição setorial veio aumentando constantemente. Nos anos cinquenta, a forte concentração de produto no Setor Terciário evidenciava o atendimento do escoamento e comercialização de produtos primários, desenvolvendo nesta primeira etapa serviços de infra-estrutura de transportes e financeiros. O capital acumulado no setor agropecuário, neste período, destinava-se grandemente ao consumo de bens de luxo importados aqui comercializados. Com o início da industrialização o aumento da proporção do produto gerado pelas atividades secundárias se deu às custas da representatividade do Setor Primário, uma vez que o Setor de Serviços continuou expandindo sua parcela no produto gerado, até 1990. Apenas em 1995 os dados revelam que as atividades primárias expandiram sua proporção do produto gerado observando-se uma ligeira queda relativa, porém não absoluta, da proporção dos serviços. Isso se verificou também tendo em vista que no início da década de noventa, as atividades de serviços absorveram de modo mais intenso um contingente elevado de trabalhadores, na sua maior parte de baixa qualificação, cuja remuneração e produtividade se mostraram inferiores relativamente.

A mencionada pesquisa mostra ainda que as transformações estruturais para o global do país foram menos drásticas do que nas regiões polarizadoras da economia. Por outro lado, as taxas médias anuais de crescimento do produto por trabalhador (uma *proxy* da produtividade) do Setor Serviços, desde os anos cinquenta esteve abaixo das taxas médias globais do

país; este comportamento confirma a tendência das economias mundiais de um crescimento superior da produtividade de atividades secundárias, como constatado anteriormente. Porém, no caso brasileiro, esta menor produtividade é mais intensa do que nos países avançados, e reflete também a maior absorção relativa da parcela de trabalhadores menos qualificados, em ocupações de baixa remuneração e pouca intensidade de capital.

Uma visão mais detalhada da composição interna da geração de produto do Setor Terciário, mostrou também uma dinâmica de transformações internas, nos anos setenta, em direção à modernização, uma vez que os gêneros de serviços voltados para atendimento às empresas e particularmente os mais modernos, como Atividades Financeiras, Transportes e Comunicações apresentam maior crescimento. No entanto, a partir da década de oitenta, as transformações na composição entre os serviços mostram uma estagnação do antigo processo de modernização, desde que as atividades que passam a contribuir com maior crescimento da parcela de produto gerado, referem-se aos serviços mais voltados para o atendimento da população e com baixa produtividade e aumento considerável de atividades informais. O setor serviços engloba atividades bastante diversificadas por sua natureza econômica, que podem demandar uma ampla gama de combinações no que se refere à relação capital-trabalho, mesmo entre atividades de um mesmo gênero. Nesse sentido, embora se observe que no Brasil o processo de inovação tecnológica tenha se acelerado nos anos noventa e acarretado em mudanças estruturais, tanto na composição setorial da economia como um todo, como no Setor Terciário, convém destacar que essas transformações, embora ocorrentes nos serviços foram menos drásticas do que nas atividades secundárias e relativamente às economias desenvolvidas, apresentaram um processo lento de modernização.

O período da década de oitenta, tendo em vista os problemas peculiares da economia brasileira (Kon, 1995), apresentou uma falta de dinamismo no que se refere ao processo de modernização global dos serviços, embora se verifiquem exemplos isolados de setores em que a introdução de inovação tecnológica foi considerável. Por outro lado, observa-se que no início da década a considerável queda de crescimento da atividade em todos os setores, que culminou em 1983, delineou o comportamento da década, pois embora nos anos posteriores tenha-se observado um crescimento considerável no anos de 1985 e 1986, seguido de menores taxas de crescimento até o final da década, a recuperação econômica não conseguiu recompor o rápido processo de modernização que vinha se delineando na década de setenta e o avanço tecnológico no país então se apresenta pouco dinâmico relativamente.

No que se refere ao crescimento anual da população ocupada nos serviços, como se observa na Tabela 1, na década de 1980, as atividades de Transportes e Comunicações e de Demais Serviços (que inclui as Atividades

Financeiras e Serviços às Empresas) apresentaram taxas relativamente inferiores à década anterior, o que evidencia o crescimento da produtividade anteriormente citado, tendo em vista o aumento do produto gerado. Enquanto isso, o Comércio, as Atividades Sociais (incluindo Saúde e Educação) e a Administração Pública ainda absorveram um montante considerável de ocupados, revelando uma crescimento entre 6 a 7 % ao ano.

Tabela 1
TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO
DA POPULAÇÃO OCUPADA
NO TERCIÁRIO SEGUNDO OS GÊNEROS
BRASIL – 1970-95

GÊNEROS	(% a. a.)		
	1970-80	1979-89	1989-95
Total	5,4	6,0	3,3
Comércio	6,0	7,1	5,3
Transportes e Comunicações	3,8	3,2	3,7
Atividades Sociais	7,3	6,2	2,5
Administração Pública	4,1	6,1	2,0
Demais Serviços	6,6	4,5	2,8

Fonte dos dados brutos: IBGE, Censos Demográficos de 1970 e 1980; PNADs de 1979, 1989 e 1995.

A composição dos ocupados no Setor de Serviços, como mostra a Tabela 2, destaca a relevância do Comércio na absorção de trabalhadores que vem crescendo relativamente desde os anos setenta e atinge quase 1/4 do total do Terciário. Também relevante e crescente é a participação das Atividades Sociais (públicas e privadas), que, além da Saúde e da Educação, engloba atividades sem fins lucrativos, como sindicatos, clubes culturais e esportivos, atividades religiosas, ONG's (Organizações Não-Governamentais dedicadas ao serviço público). O decréscimo da participação da população ocupada nos Transportes e Comunicações mostrada nos anos de 1990 e 1995, não está associado à perda de sua importância na geração de produto, ao contrário, como vimos revela maior produtividade relativamente. Para as atividades englobadas como Demais Serviços, não foi possível a desagregação por gêneros em maior detalhe de forma compatibilizada, e desta forma são

incluídas conjuntamente desde atividades de Serviços Pessoais, Domésticos e outras mais tradicionais e de menor produtividade e geração de produto, até os gêneros dinâmicos de Atividades Financeiras e Serviços às Empresas. É previsível para o período posterior a 1990, uma transformação nesta composição, particularmente no que se refere à representatividade dos ocupados na Administração Pública, que deverá mostrar uma queda relativa.

Tabela 2
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA
NO TERCIÁRIO SEGUNDO OS GÊNEROS
BRASIL – 1970-95

GÊNEROS	1970	1980	1990	1995
Total	100	100	100	100
Comércio	20,3	21,4	23,6	24,1
Transportes e Comunicações	11,1	9,6	7,2	6,7
Atividades Sociais	13,2	15,8	16,0	16,0
Administração Pública	10,8	9,1	9,2	8,5
Demais Serviços	44,6	44,1	44,0	44,7

Fonte dos dados brutos: IBGE, Censos Demográficos de 1970 e 1980; PNADs de 1990 e 1995.

A evolução do Setor Terciário brasileiro ganhou velocidade e intensidade com os programas de Competitividade Industrial, Produtividade e Qualidade e Apoio à Capacitação Tecnológica instituídos nos primeiros anos da década de noventa. Estes programas visavam estimular a competição através de medidas voltadas para privatizações de empresas públicas, liberalização do Comércio Exterior associado a novas regras para investimentos externos diretos, bem como uma revisão na legislação antitruste. A modernização das empresas ante estas novas regras, foi um passo necessário para o acompanhamento do processo de competição interna e externa que se delineou. Grande parte das empresas brasileiras adotaram formas de reestruturação organizacional e produtiva, que incluía não apenas investimentos em equipamentos mais atualizados com o auxílio da informática, por exemplo, mas também a concentração de seu esforço na linha de produto de sua

especialização ou “atividades fim” da empresa, terceirizando grande parte de suas atividades complementares ou de apoio, como contábeis, administrativas, de transportes dos produtos, de limpeza/faxina, de manutenção de equipamentos, de alimentação para os funcionários, de publicidade, entre outros.

Como se verifica, uma parcela considerável de atividades de empresas voltadas à produção primária e secundária consiste em serviços, que através da terceirização se incorporam como atividades do Setor Terciário; esta transformação é responsável por uma proporção de aumento do emprego e da geração do produto que passa a ser mensurada como gerada pelo Setor de Serviços, mas que anteriormente era incorporada aos demais setores. A terceirização também foi implantada em grande escala no setor público brasileiro, tanto pela União, quanto por alguns estados e municípios. Constatou-se que as conseqüências deste processo foram favoráveis ao aumento da qualidade, produtividade e eficiência, redução de custos e de processos burocráticos (Urduan, 1994). O SIMPI – Sindicato da Micro e Pequena Indústria de São Paulo, constatou que 84% das licitações da Prefeitura de São Paulo, a respeito da terceirização de serviços, são ganhas por empresas de pequeno porte do setor de serviços.

Por outro lado, tanto na área pública quanto privada (com maior intensidade nesta), observa-se na Saúde, um processo crescente de terceirização dos serviços especializados. Particularmente na área de diagnósticos dos hospitais, onde o investimento é caro e o retorno é demorado, face ao constante progresso tecnológico, a terceirização vem sendo adotada no sentido de reduzir custos. Estas parcerias se verificam também em unidades de laboratório, pronto-socorros, terapia intensiva, farmácias, lavanderias, além da área de diagnósticos. Este movimento vem ampliando a criação de pequenas empresas voltadas ao atendimento destes serviços, em resposta à demanda alimentada pelo crescimento populacional e pela melhoria das exigências de atendimento público à população, para suprir as deficiências do setor público nesta área.

No entanto, alguns técnicos (Prado, 1993, *O Estado de São Paulo*, 05/12/93, p. B12), chamam a atenção para a possibilidade de um processo de “terceirização predatória” como uma forma de aproveitar de um mercado de trabalho em que predominam relações precárias de trabalho. Neste caso, é observada a diminuição de benefícios sociais para os trabalhadores, salários mais baixos e falta de equipamentos de proteção e maior insalubridade em empresas terceiras, ao lado do aumento de trabalhos sem registro.

A reestruturação produtiva e organizacional nas empresas, resultou em um crescimento mais considerável do PIB do setor serviços na década de noventa. Mesmo no período do Plano Collor, em que a atividade

econômica observou forte estagnação e o setor secundário apresentou uma queda de 8,2%, o setor de serviços mostrou uma resistência à queda, que se situou em apenas 0,8%. Para o ano de 1996 (MB Associados, *Folha de São Paulo*, 19/05/96, p. 2-3), as estimativas de crescimento do gênero de Comércio, que corresponde a 31% dos serviços, são favoráveis particularmente para os varejistas que mantêm uma capacidade de oferecer crédito ao consumidor. Igualmente favorecido será o setor de Transportes que deverá ser responsável por 11% do produto de Terciário, principalmente devido ao escoamento das importações e dos estoques agrícolas governamentais. O crescimento dos serviços foi explicado pelo crescimento da massa de rendimentos em termos reais.

Se por um lado o aumento da terceirização foi considerável e correspondeu a um processo inverso ao de verticalização acelerada, que havia ocorrido nos anos setenta, um outro processo paralelo, o de fusões entre empresas, resulta da mesma forma em mudanças nos indicadores de produtividade e nas condições de emprego nos serviços. Na busca de ajustamento das grandes empresas diante dos novos requisitos de aumento da produtividade, ou para propiciar a eficiência, o desenvolvimento tecnológico e economias de escala que permitam a concorrência nos mercados internacionais globalizados, tem-se observado no Brasil um aumento considerável de fusões desde os anos oitenta, com crescimento notável nos anos noventa. Nos anos oitenta, um grande número de empresas brasileiras venderam sua participação acionária por razões como a iminência de falência, obrigações tributárias acima de suas condições de pagamento, desvantagens técnicas relacionadas a pequeno porte, ou desvantagens administrativas. Como ocorreu também com parte de empresas oligopolísticas do Setor Secundário, empresas do Setor Terciário recorreram a este processo de ajuste às condições conjunturais adversas brasileiras, embora observe-se que o processo de fusões venha ocorrendo com aumento de intensidade também em outros países avançados, como forma de ajuste à economia global. No Brasil, os exemplos mais marcantes de fusões nos serviços têm se apresentado no Setor Bancário e Financeiro. Não apenas bancos pequenos vêm se envolvendo no processo, mas também grandes instituições financeiras estão vendendo seus ativos para instituições nacionais e estrangeiras. As previsões de especialistas da área são de que em 1997 deverá aumentar o número de fusões neste setor, desde que a estabilização da economia brasileira e a globalização da economia mundial tornaram mais difícil a sobrevivência de bancos pequenos.

As empresas que adquirem as participações acionárias de outras firmas têm objetivos além da possibilidade de obter ou ampliar economias escalas, a diminuição da concorrência ou de dominação do mercado eliminando rivais, economias de *marketing* e nos canais de distribuição, complementaridades entre empresas, possibilidade de crescimento com maior velocidade

e segurança, bem como o favorecimento do preço de suas ações no mercado acionário, ao se reunirem capitais em uma única empresa. No entanto, se são observados ganhos em produtividade e potencialidade de ampliação do produto gerado pelo setor através dos processos de fusão, verificam-se também alterações consideráveis no nível de emprego, tendo em vista que são eliminados muitos postos de trabalho, pela unificação de departamentos administrativos, de vendas e de outros serviços.

4 REDISTRIBUIÇÃO PRODUTIVA E TERCIARIZAÇÃO

4.1 Aspectos metodológicos

No sentido de avaliar o grau das mudanças na estrutura produtiva brasileira como um todo e na composição interna do Setor Terciário nacional, foram analisados resultados empíricos sobre a população ocupada, a partir de indicadores elaborados para este fim.

A intensidade das mudanças na estrutura produtiva brasileira é avaliada aqui a partir do Coeficiente de Redistribuição Setorial (CRS) elaborados especificamente nesta pesquisa para os fins específicos de análise. Selecionou-se para este fim a variável População Ocupada (PO), cujas informações estatísticas dos Censos Demográficos e das PNADs do IBGE encontram-se disponíveis para uma série histórica representativa. O CRS relaciona a distribuição setorial da representatividade das variáveis entre dois períodos de tempo, a fim de avaliar o grau de mudança nesta distribuição.

$$CRS = \left[\sum_{j=1}^n (| v_{j,t1} - v_{j,t0} |) / 2 \right] / 100$$

Sendo v a participação percentual do setor j no total de cada variável ($[X_j / X_t] \times 100$), nos períodos de tempo t_0 e t_1 . Foram elaborados, para cada variável, duas variantes dos coeficientes:

- a) CRS-E, Coeficiente de Redistribuição Setorial *entre* os setores agregados da economia, ou seja Primário, Secundário e Terciário, com o objetivo de avaliar a redistribuição produtiva (representada pelas variações na representatividade dos setores) e o grau de terciarização da economia no decorrer da série temporal, ou **entre** os gêneros do Terciário, visando

verificar as mudanças internas de representatividade no setor de serviços;

- b) CRS-N, Coeficiente de Redistribuição Setorial **no** setor, ou seja para avaliar a distribuição do CRS-E em cada setor da economia ou gênero do Terciário no decorrer do período histórico, de tal modo que $CRS-E = \Sigma CRS-N_j$.

Os valores de CRS-E situam-se entre 0 e 1. Quando o coeficiente for igual a 0, não terá havido modificações na distribuição setorial da variável. Se for igual a 1 terá ocorrido uma reestruturação profunda no padrão de representatividade setorial. Da mesma forma, quanto mais próximo de 0 (de 1) for o coeficiente, menores (maiores) terão sido as mudanças significativas no padrão.

4.2 A redistribuição setorial

Como visto anteriormente, desde o período da crescente industrialização brasileira na década de setenta, a participação do Setor Terciário tem se elevado relativamente à dos demais setores; no início do período isto se verificou às custas da participação do Setor Primário, porém nos anos noventa do Setor Secundário, face a reestruturação produtiva e a migração de certas atividades de serviços, como vimos, antes consideradas como participantes dos demais setores. O grau de redistribuição desta participação entre os setores nas várias décadas e em todo o período é avaliado pelo CRS-E apresentado nas tabelas subseqüentes.

De acordo com a Tabela 3, observa-se que os coeficientes para a economia como um todo revelam que, a partir dos indicadores de população ocupada, as mudanças na estrutura produtiva foram mais intensas do que as mudanças no produto gerado (Kon, 1997b). O indicador com base na população ocupada, para todo o período analisado, é consideravelmente mais representativo do que os indicadores que têm como base o PIB, o que confirma a constatação anterior de que as mudanças estruturais se deram mais intensamente em relação aos movimentos da mão-de-obra, do que à geração do produto. Este movimento de ocupados foi mais notável na década de oitenta, como mostram os coeficientes, e nestes anos o indicador do Terciário foi superior aos dos demais setores, mostrando uma elevação mais que proporcional da representatividade dos trabalhadores nestes serviços do que nas atividades manufatureiras e primárias; o coeficiente destas últimas atividades, que se igualou ao do Setor Secundário, no caso das atividades rurais refletiu a perda de participação de trabalhadores.

Tabela 3
COEFICIENTES DE REDISTRIBUIÇÃO SETORIAL
DA POPULAÇÃO OCUPADA
BRASIL – 1970-95

Gêneros	CRS-N				
	1970-80	1980-90	1990-95	1970-90	1970-95
ECONOMIA					
Primário	0,0715	0,0360	0,0165	0,1075	0,1240
Secundário	0,0120	0,0360	0,0155	0,0480	0,0635
Terciário	0,0340	0,0495	0,0010	0,0835	0,0845
CRS-E	0,1175	0,1215	0,0330	0,2390	0,2720
TERCIÁRIO					
Comércio	0,0055	0,0110	0,0125	0,0165	0,0290
Transportes e Comunicações	0,0075	0,0120	0,0025	0,0195	0,0220
Atividades Sociais	0,0130	0,0010	0,0000	0,0140	0,0140
Administração Pública	0,0085	0,0005	0,0035	0,0090	0,0125
Demais Serviços	0,0025	0,0005	0,0165	0,0030	0,0195
CRS-E	0,0370	0,0250	0,0350	0,0610	0,0940

Fonte dos dados brutos: IBGE, Censos Demográficos, 1970 e 1980 e PNADs de 1990 e de 1995.
 Elaboração da autora.

A reestruturação produtiva verificada ao longo de todo o período acarreta em transformações na representatividade dos grupos de ocupação compostos pela população ocupada. Nos países mais avançados verificou-se que à medida do processo de modernização tecnológica e organizacional e do desenvolvimento econômico, a parcela de ocupações técnicas, científicas e administrativas ganham maior representatividade relativa (Kon, 1995). Para

o Brasil, o exame das transformações nos grupos ocupacionais, retratado na Tabela 4, mostra que o período de industrialização acelerada da década de setenta, resultou nas maiores alterações nas representatividades dos grupos ocupacionais do que nos períodos subsequentes. O CRS-E para os anos setenta se mostra consideravelmente superior aos anteriormente analisados (0,1510).

Tabela 4
COEFICIENTES DE REDISTRIBUIÇÃO SETORIAL
DA POPULAÇÃO OCUPADA
SEGUNDO GRUPOS DE OCUPAÇÃO
BRASIL – 1970-95

Ocupações	CRS-N				
	1970-80	1980-90	1990-95	1970-90	1970-95
Técnicas e Científicas	0,0095	0,0045	0,0000	0,0140	0,0140
Administrativas	0,0100	0,0145	0,0140	0,0245	0,0385
Agropecuárias	0,0750	0,0375	0,0190	0,1125	0,1315
Industriais Transf./Constr.	0,0290	0,0055	0,0065	0,0235	0,0410
Comércio e Auxil.	0,0155	0,0150	0,0060	0,0305	0,0365
Transportes e Comunicações	0,0030	0,0025	0,0010	0,0050	0,0065
Prestação de Serviços.	0,0090	0,0130	0,0040	0,0220	0,0260
CRS-E	0,1510	0,0925	0,0505	0,2275	0,1900

Fonte dos dados brutos: IBGE, Censos Demográficos, 1970 e 1980 e PNADs de 1990 e de 1995. Elaboração da autora.

Nestes anos, as maiores parcelas de mudanças na participação se apresentam nas ocupações agropecuárias, que eliminaram grande parte de sua população ocupada, através do processo de intensa modernização via investimentos em capital fixo. As ocupações da indústria de transformação e de construção revelaram também um maior grau de transformação na representatividade porém com sentido positivo e é possível constatar-se um

avanço das ocupações administrativas, como resultado do crescimento de grandes empresas oligopolistas com sistemas multidepartamentais, que exigiam a ampliação da capacidade gerencial e de controle. Observe-se que nos anos posteriores da década de oitenta e noventa o grau de transformações nas representatividades diminuiu.

Porém o sentido das transformações em um mesmo gênero nem sempre é o mesmo no decorrer de todo o período: as ocupações Agropecuárias, responsáveis pela maior parcela de transformações, apresentou uma perda de representatividade nos anos oitenta e ganhos nos noventa, enquanto que as Administrativas aumentaram a participação até 1990 e nos anos seguintes sofreram os impactos dos movimentos de diminuição de níveis gerenciais associados à reestruturação organizacional que substituiu trabalhadores por equipamentos de informática. Nas ocupações da Indústria os coeficientes pouco significativos representam perda de representatividade desde 1980, enquanto que no Comércio de Prestação de Serviços resultam de ganhos de participação. É importante ressaltar-se o comportamento das ocupações técnicas e científicas, que em todo o período analisado mostram um baixo coeficiente de redistribuição, que chega a ser nulo nos anos noventa, revelando o fraco dinamismo do movimento de modernização e o aumento da disparidade em relação aos países mais avançados, que, como se constata, vêm aumentando a parcela destas ocupações no total de ocupados.

Parte da reestruturação organizacional e da terceirização de atividades das empresas, diz respeito à área gerencial e mais qualificada de serviços administrativos, resultando na diminuição de níveis hierárquicos associada à terceirização. Uma pesquisa de Quadros (1996) para o Brasil sobre a reestruturação das empresas, examinando a composição dos assalariados do setor formal para os anos de 1989 e de 1990-94, seleciona ocupações típicas gerenciais e administrativas e verifica um corte de 19% destas ocupações no período 1990-94. Este corte foi mais intenso nos níveis intermediários de gerência, de chefes e técnicos administrativos, e de chefes e supervisores de fabricação. Constata a redução nos níveis hierárquicos, devido à introdução de novas formas de organização e gestão empresarial e o drástico encolhimento das funções administrativas como resultado da introdução da informática nos escritórios, que suprime as tarefas rotineiras, repetitivas e parciais. Esta diminuição permitiu redefinir, agrupar e extinguir funções de supervisão e gerência. O impacto destas transformações nas empresas foi diferenciado entre os setores e os dados mostram que o encolhimento relativo foi mais intenso nos segmentos melhor situados (mais aptos para a modernização) e a terceirização de parte das atividades das empresas levou à difusão de micro e pequenos empreendimentos e à ampliação do número de autônomos.

4.3 As transformações nos gêneros do Terciário

Se as mudanças de representatividade entre os grandes setores agregados da economia foram mais intensas, quando se utilizou a variável população ocupada, os coeficientes para os gêneros do Terciário não tiveram a mesma intensidade, aproximando-se mais de zero. Observa-se na Tabela 3 que o CRS-E mostrou-se ligeiramente superior na década de setenta, período em que as atividades de serviços se ampliaram em complementação às taxas consideravelmente elevadas de crescimento das manufaturas. Na década de oitenta, que mostrou um indicador inferior, a parcela da redistribuição da representatividade devida aos serviços de Transportes e Comunicações, apresentou os coeficientes superiores, resultantes de perda na participação setorial, ou seja a modernização pouco intensa ainda se realizou nesta década de crise, quando se iniciou um processo de eliminação de postos de trabalho, substituídos pela automação em certos serviços. Apenas o Comércio mostrou no período uma variação positiva na participação da população ocupada sobre o Terciário, que no entanto resultou em um coeficiente inferior ao das atividades anteriormente mencionadas. Nas demais atividades, os coeficientes foram quase nulos, confirmando que a estagnação econômica dos primeiros anos e a recuperação posterior não foram suficientes para alterar significativamente a estrutura ocupacional anterior. Como verificado em pesquisa anterior (Kon, 1995), as maiores transformações se deram com relação à diminuição relativa da condição de trabalho com carteira assinada. No início dos anos noventa, as mudanças se mostram superiores à década anterior e o coeficiente se aproxima do constatado nos anos setenta. Particularmente após 1993, a reestruturação produtiva, com maior introdução de inovações tecnológicas e terceirização, ganhou intensidade. Após os ajustes do Plano Real que levaram à estabilização da elevação nos níveis de preços e à elevação do poder de compra de grande parte da população de menor renda, o consumo global se intensificou. Este comportamento se refletiu particularmente nos gêneros de Comércio e Demais Serviços, que representam as maiores parcelas do CRS-E do período; neste último gênero, como resultado não apenas do maior consumo de serviços pessoais fornecidos por um número superior de autônomos e voltados para a população de menor renda, mas também de serviços auxiliares às empresas, incorporados em pequenas empresas que resultaram do processo de terceirização verificado nos setores empresariais.

Um exame mais detalhado sobre a distribuição ocupacional do Setor Serviços na década de oitenta, para o ano de 1983, auge da crise, e 1989, ano que já refletiu a recuperação econômica relativa, mostra que esta recuperação se efetuou sem incorporar a modernização, como retratado na Tabela 5. Observa-se inicialmente que em todos os gêneros de serviços, as ocupações de autônomos ou Conta-Própria, apresentaram maior representatividade em

1983, confirmando o movimento de forte restrição da atividade econômica pelas empresas e a recuperação no final do período. Apesar de que nos anos de recuperação, particularmente a partir de 1985, a reestruturação organizacional dentro das empresas tenha apresentado um movimento de *downsizing*, ou seja, de diminuição da hierarquia e do número de postos gerenciais, no final da década as categorias de ocupações gerenciais ainda se mostram mais representativas do que no ano de auge da crise, face à relativa recuperação. Por outro lado, verifica-se um aumento de ocupações mais qualificadas, ou seja, um movimento mais significativo de modernização apenas no gênero de Serviços Auxiliares às Empresas e um aumento pouco representativo nas atividades de Comércio, Serviços Sociais (que incluem Saúde, Ensino e atividades sem fins lucrativos) e nos Demais Serviços; as atividades de Transportes e Comunicações, Financeiras que, como vimos, em economias mais avançadas apresentam a maior dinâmica, no país não mostram aumento na parcela de qualificados em relação ao período de maior estagnação. Ao lado disso, as categorias de ocupações não-qualificadas nas empresas apresentam um aumento relativo em 1989 no Comércio, Administração Pública, Serviços Auxiliares às Empresas e nos Demais Serviços e um decréscimo não significativo nos demais gêneros, confirmando a não retomada do processo global de modernização nas empresas, ou a lenta caminhada neste sentido.

4.4 A redistribuição regional dos serviços

O processo de reestruturação produtiva no Brasil, nos períodos de desenvolvimento ou de estagnação da economia, verificou-se entre os setores e sub-setores produtivos, como visto anteriormente. Porém, como também constatado para outros países, ocorreu paralelamente um movimento de redistribuição de atividades entre regiões. Este movimento, em um momento da história econômica brasileira após o período de industrialização, acarretou em um aumento das diferenças nos níveis de desenvolvimento mensurado pela geração de produto, como é notório, favorecendo as Regiões Sudeste e Sul. A partir dos anos oitenta, as políticas governamentais de estabilização repercutiram mais negativa e intensamente sobre as regiões pólos mais industrializadas do país, diminuindo em certo grau as disparidades regionais, que no entanto não perderam seu caráter de considerável desigualdade.

Tabela 5
DISTRIBUIÇÃO OCUPACIONAL DO SETOR SERVIÇOS
BRASIL – 1983/1989
 (%)

(continua)

Categ. Ocupac.	Comér- cio	Transp. e Comun.	Ativid. Finan.	Serviços Sociais	Admin. Pública	Serv. Repar.	Serviços Aux. às Empr.	Demais Serviços
EMPRESAS								
1983	67,4	97,4	94,7	95,8	100	60,6	84,4	26,0
1989	76,9	97,3	100	96,7	100	72,6	92,0	36,0
Gerenciais								
1983	10,8	2,9	9,8	3,9	6,6	9,1	8,3	3,1
1989	14,2	4,5	12,2	5,2	6,4	12,2	11,3	4,7
Qualificados								
1983	1,6	4,3	12,2	53,6	18,8	0,6	11,3	1,0
1989	2,0	6,0	12,2	54,2	18,7	0,6	19,2	4,7
Produção								
1983	0,4	2,2	1,5	52,7	6,5	0,4	6,8	0,8
1989	0,5	3,0	1,2	53,4	6,4	0,4	15,6	1,2
Administração								
1983	1,2	2,1	10,7	0,9	12,3	0,2	4,5	0,2
1989	1,5	3,0	11,0	0,8	12,3	0,2	3,6	0,3
Semi-qualificados								
1983	47,2	78,2	61,2	24,8	62,3	46,4	53,8	12,3
1989	51,8	72,3	64,9	24,9	58,4	55,9	49,7	17,5
Produção								
1983	35,1	70,4	20,2	9,6	16,7	44,9	23,0	11,2
1989	38,7	63,4	30,4	10,6	18,4	54,0	21,1	15,8

Fonte dos dados primários: IBGE-PNDA, 1983 e 1989. Tabulações especiais.
 Elaboração da autora.

Tabela 5
DISTRIBUIÇÃO OCUPACIONAL DO SETOR SERVIÇOS
BRASIL - 1983/1989
 (%)

(conclusão)

Categ. Ocupac.	Comércio	Transp. e Comun.	Ativid. Finan.	Serviços Sociais	Admin. Pública	Serv. Repar.	Serviços Aux. às Empr.	Demais Serviços
Administração								
1983	12,1	7,8	41,0	15,2	45,6	1,5	30,8	1,1
1989	13,1	8,9	34,5	14,3	40,0	1,9	28,6	1,7
Não-qualificados								
1983	7,8	12,0	11,5	13,5	12,3	4,5	11,0	9,6
1989	8,9	14,5	10,8	12,4	16,5	3,9	11,7	12,3
Produção								
1983	5,0	9,4	0,1	0,9	2,2	1,4	4,2	2,8
1989	5,2	11,1	0,2	0,6	5,7	1,5	3,2	2,6
Administração								
1983	2,8	2,6	11,4	12,6	10,1	3,1	6,8	6,8
1989	3,7	3,4	10,6	11,8	10,8	2,4	8,5	9,7
CONTA-PRÓPRIA								
Total								
1983	32,5	2,6	5,3	4,1	-	39,3	15,5	24,0
1989	23,1	2,7	-	3,3	-	27,3	8,0	18,3
Profissionais Liberais								
1983	-	-	-	2,6	-	-	8,4	-
1989	-	-	-	2,3	-	-	1,4	-
Outros								
1983	32,5	2,6	5,3	1,5	-	39,3	7,1	24,0
1989	23,1	2,7	-	1,0	-	27,3	6,6	18,3

A Tabela 6 retrata os CRS-E regionais tendo como base a variável população ocupada, que permite a avaliação das transformações na representatividade da variável em cada região em um mesmo setor. Primeiramente é constatado que para a economia como um todo, a redistribuição da população ocupada entre regiões não se verificou a uma taxa considerável e foi mais intensa no período a partir de 1989. Considerando-se o Terciário, observa-se no primeiro período uma maior redistribuição regional da representatividade das atividades do que nos demais setores, sendo que as variações nas participações se verificaram de forma negativa porém quase nula para o Sul (-0,5%) e o Nordeste (-0,7%), e positiva para as demais regiões (entre 0,1% e 0,7%). Nos anos mais recentes, a situação se inverte, pois os coeficientes superiores são apresentados para o Setor Secundário, e as Regiões do Rio de Janeiro (-1,3%), São Paulo (-1,9%), Sul e Centro-Oeste (-0,2%) apresentam perda de representatividade e as demais ligeiros ganhos (de 0,3% a 2,1% no Nordeste).

Tabela 6
COEFICIENTES DE REDISTRIBUIÇÃO
REGIONAL POR SETORES
BRASIL – 1983/89 E 1989/95

Setores	1983-89	1989-95
ECONOMIA	0,01500	0,03000
Primário	0,01900	0,03496
Secundário	0,02450	0,09281
Terciário	0,02950	0,02645
TERCIÁRIO	0,02950	0,02645
Comércio	0,02900	0,07500
Transportes e Comunicações	0,02800	0,01950
Atividades Financeiras	0,02600	...
Serviços Sociais	0,02450	0,02511
Administração Pública	0,05385	0,02825
Serviços Auxiliares às Empresas	0,03650	0,03400
Demais Serviços	0,04550	0,04820

Fonte dos dados brutos: IBGE, PNADs de 1983 e de 1989. Elaboração da autora.

Embora também não apresentando redistribuição interregional muito significativa internamente ao Setor Terciário, as maiores variações na representatividade se verificaram na década de oitenta na Administração Pública, com ganhos consideráveis de representatividade no Nordeste (4,6%), contrabalançando perda também considerável no Rio de Janeiro (-4,0%). No período mais recente, estas atividades apresentam coeficientes menores que os do Comércio, Serviços Auxiliares às Empresas e Demais Serviços. Neste último setor, que nesta tipologia setorial agrega principalmente serviços pessoais, de reparação, e outros tradicionais, tecnologicamente menos avançados, no período de 1983-89 o grau do CRS-E apresenta-se em seqüência em relação aos demais gêneros e às regiões economicamente mais avançadas de São Paulo (-3,1%), Rio de Janeiro (-1,1%) e Minas Gerais – Espírito Santo (-0,4%), mostram variações negativas, isto é, perda de representatividade deste gênero sobre o total do Terciário, particularmente a primeira; das demais regiões, que apresentam variações positivas, o Nordeste (1,6%) revela o maior indicador, seguido pela Região Sul (1,3%). Nos anos posteriores, embora o coeficiente não apresente alteração significativa, as variações de algumas regiões diferem do período anterior, como por exemplo em São Paulo, que apresenta indicadores positivos (3,0%) e no Rio de Janeiro (-2,7) e em Minas Gerais-Espírito Santo (-1,45%) as perdas são superiores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se que o papel dos serviços no desenvolvimento das economias tem características diferenciadas em países mais avançados ou em desenvolvimento, porém é fundamental em qualquer nível de desenvolvimento, ao tornar-se a maior fonte de geração de empregos na atualidade. Por outro lado, o papel dos serviços é mais do que este, é um pré-requisito para o desenvolvimento e não apenas um resultado ou um produto final. Assim sua provisão adequada torna-se, então, um elemento crucial da dinâmica do processo de desenvolvimento das economias. Neste sentido, os serviços governamentais desempenham um papel fundamental em países menos avançados, seja através do fornecimento de bens públicos, ou da complementação da provisão privada de serviços de mercado, a fim de fornecer uma infraestrutura, serviços educacionais e de saúde, que preparam a economia para o caminho do desenvolvimento econômico.

A reestruturação da composição das atividades produtivas das economias de diferentes níveis de desenvolvimento, foi associada à velocidade e ao grau de inovação tecnológica nos processos produtivos e organizacionais, principalmente ligados ao setor de serviços, ou seja, no campo da telemática, e outros processos de telecomunicações, serviços de informática, relacionados

à transferência de informação e conhecimento. Além disto, a relevância dos serviços no comércio internacional foi observada através da experiência tanto das economias modernas como das menos avançadas, bem como o impacto sobre o desenvolvimento local e regional destas economias. Estas transformações regionais levaram recentemente a um modelo teórico diferente de influências econômicas baseado em lugares-centrais distintos ou distintos pólos de crescimento em uma mesma região, ao invés da anterior teoria sobre um único lugar-central.

A análise do processo de terciarização para o Brasil, revela que o processo de reestruturação produtiva que leva à elevação da representatividade das atividades terciárias da economia é constante e gradual, como nas economias mais avançadas, no entanto se mostra relativamente mais lento neste país. A terciarização brasileira se apresenta como consequência não apenas do processo de desenvolvimento econômico, como nas demais economias industrializadas, mas também como ajustamento das necessidades de emprego e geração de renda em conjunturas economicamente desfavoráveis.

Observa-se, no Brasil, que as atividades terciárias consideradas propulsoras da modernização e da globalização, como Comunicações e Transportes, não apresentam a dinâmica de evolução que seria compatível com um desenvolvimento considerável. Ao lado disto, paralelamente ao processo de reestruturação produtiva, a qualificação da população ocupada não sofreu grandes alterações, o que indica um ponto de estrangulamento relevante para a introdução da inovação tecnológica mais sofisticada. Isto se reflete no fato observado de que as transformações estruturais na representatividade do produto gerado pelo Terciário são mais lentas do que as verificadas na estrutura ocupacional, confirmando que o processo de terciarização se verificou mais intensamente com relação ao mercado de trabalho, com a criação de um grande número de atividades tecnologicamente menos avançadas, com menor relação capital/trabalho e conseqüentemente a geração de produto não acompanhou o crescimento relativo dos ocupados.

No âmbito do Setor Terciário, observa-se também a falta de dinamismo de setores mais dinâmicos e básicos para o processo de modernização e globalização da economia, como Transportes, Comunicações, Serviços Auxiliares às empresas. Porém é possível observar-se, através do número de empregos oferecidos pelo mercado formal da economia, o início de um processo de reestruturação organizacional baseado na crescente introdução de informática e eliminação de níveis hierárquicos gerenciais e de postos de trabalho na indústria e em gêneros de serviços mais modernos. Dois setores que se encontravam anteriormente superdimensionados em relação ao resto da economia, ou seja, o governo e as atividades financeiras, apresentam

relativamente um declínio na representatividade, tanto do ponto de vista de geração de produto³, quanto de absorção de trabalhadores.

Em suma, a terciarização observada no país, que como nos países mais avançados vem aumentando de velocidade como atual processo de reestruturação produtiva como ajustamento às necessidades dos requisitos da economia globalizada, no Brasil apresenta características diferenciadas dos países de maior nível econômico. Este aumento do Setor Terciário tem se verificado grandemente em virtude da reestruturação tecnológica e organizacional de empresas industriais, como impacto do processo de globalização econômica. A Indústria de Transformação vem repassando para o Setor de Serviços, desde os anos oitenta, o seu papel de geradora líquida de empregos. Porém, diferentemente do processo de modernização verificado naqueles países, o aumento das atividades de serviços vem se manifestando menos intensamente pelo aumento de serviços mais sofisticados voltados para o atendimento das novas tecnologias, mas grandemente pela criação de novos postos de trabalho autônomos ou de pequenas e médias empresas que utilizam de tecnologias menos avançadas e que requerem menor qualificação, ou seja, devido ao fluxo de trabalhadores que criam suas próprias oportunidades de trabalho e de pequenos capitais individuais em busca de aplicação produtiva.

Assim, a reestruturação organizacional, associada a novas tecnologias, à terceirização e às fusões, apresentam como resultado por um lado a destruição de um número considerável de empregos, como vimos; porém, por outro lado, criam uma série de novas necessidades de consumo e de serviços complementares. Observa-se paralelamente uma transformação considerável na estruturação ocupacional (Kon, 1995, cap. 3): algumas ocupações tornam-se obsoletas e substituíveis, principalmente as ligadas a processos de controle administrativo, enquanto que novas ocupações são criadas, como as voltadas à qualificação da mão-de-obra, à preservação ambientalista, ou à qualidade de vida. Com relação a estes aspectos, novos produtos e serviços vêm sendo criados e incorporados a instituições de serviços voltados para objetivos sociais, como as Organizações Não Governamentais (ONGs), que resultam em formas de cooperação voluntária e serviços sem fins lucrativos, porém que geram um volume não-desprezível de empregos e de remunerações.

O movimento líquido da destruição e de geração de novas oportunidades de trabalho na economia brasileira, ainda não foi bem avaliado, tendo em vista a necessidade de pesquisa estatística específica para este

3 No caso da Administração Pública o produto gerado é mensurado pela Ótica da Renda, ou seja, particularmente remunerações do trabalho geradas (Kon, 1992, cap. 1).

objetivo. As informações disponíveis sobre o desemprego global da economia brasileira dão conta de que as taxas se mantiveram em um patamar estável com oscilações não significativas desde a década de oitenta, apesar dos movimentos de eliminação de emprego nas empresas formais, como resultado tanto de períodos de crise econômica quanto da reestruturação organizacional que se seguiu. No entanto, estes indicadores refletem também a parcela relacionada aos ajustamentos através do mercado informal e do aumento da precariedade nas condições de trabalho da economia brasileira.

6 BIBLIOGRAFIA

- AMADEO, E. J., SCANDIUZZI, J. C., PERO, V. Ajuste empresarial, empregos e terceirização. *Revista de Economia Política*, v. 16, n. 1, p. 61, jan/mar 1996.
- BAILY, A., MAILLAT, D. Service activities and regional metropolitan development: a comparative study. In: DANIEL, P. W. (ed.) *Services and metropolitan development*. New York : Routledge, 1991.
- BANNON, M. J., The tertiary sector and national development: the case of Ireland. FERRE, d'ENTREMONT, A. (ed.) *The changing geography of urban places*, University of Navarra, 1987.
- BARRAS, R. New technologies and the new services. *Futures*, n. 18, 1986.
- KON, A. *A produção terciária*. São Paulo : Nobel, 1992.
- . *A estruturação ocupacional brasileira: uma abordagem regional*. Brasília : SESI, 1995.
- . *Evolução do Setor Terciário brasileiro*. NPP-EAESP/FGV, Relatório n. 14, 1996a.
- . *Service industries and the service economy: research report*. Illinois : UIUC, 1996b.
- . Tecnologia e trabalho no cenário da globalização. *Globalização*, São Paulo : Vozes, 1997a.
- . *Reestruturação produtiva e terciarização*. Relatório de Pesquisa, NPP-EAESP/FGV, 1997b.
- MARSHALL, J. N., WOOD, P. A. *Services and space: key aspects of urban and regional development*. Longman Group Limited. England : Harlow, 1995.
- MB ASSOCIADOS. *Folha de São Paulo*, p. 2-3, maio, 1996.
- NOYELLE, T. J. *The international services economy*. Cardiff : University of Wales, Institute of Science and Technology, 1986. (Paper presented at localities in an international economy workshop).
- , STANBACK, T. M. *The post-war growth of services in developed economies*. Report to United Nations Commission on Trade and Development, Geneva, 1988.
- NUSBAUMER, J. *The service economy: lever to growth*. Boston : Kluwer Academic Publishers, 1987.

- OECD. The contribution of services to employment. *Employment Outlook*, Sep., 1984.
- PRADO, A. *O Estado de São Paulo*, p. B12. dez. 1993.
- QUADROS, W. J. A reestruturação das empresas e o emprego de classe média. *Crise e Trabalho no Brasil*. São Paulo : Scritta, 1996.
- RIDDLE, D. I. *Service-led growth*. The role of the service sector in world development. New York : Praeger Publishers, 1986.
- SAUVANT, K. P. *The transnationalization of service industries*. New York : United Nation, Transnational Corporations and Management Division, 1993.
- URDAN, A. T., O papel possível e os critérios necessários na tendência da terceirização no setor público. In: ENANPAD, 18, 1994, Curitiba. *Anais...* Curitiba, v. 3, 1994.